

Sindicatos discutem 'com quem decide'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os trabalhadores "preferem discutir com quem tem poder para decidir". E é por isso que procuraram o Centrão, "indiscutivelmente maior", para debater os três principais temas que os preocupam, segundo Luis Antonio Medeiros, presidente do maior sindicato operário da América Latina, o dos Metalúrgicos de São Paulo. Ele e a cúpula do Centrão começaram ontem a analisar a estabilidade no emprego, aposentadoria e estrutura sindical, para tentar chegar a um entendimento antes de quarta-feira, dia em que termina o prazo para a apresentação de emendas ao anteprojeto de Constituição. Medeiros compareceu ao encontro representando também Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. E, ao sair do encontro, na casa do assessor jurídico do Centrão, Gastão de Toledo, anunciou que haverá novas reuniões em que, além de outros temas de interesse da classe trabalhadora, serão concluídos os entendimentos sobre os três assuntos discutidos na "ordem do dia" (a expressão é dele) de ontem.

TEMAS EM ABERTO
As propostas do Centrão coincidem

dem muito com as defendidas pelo movimento sindical que ele e Magri representam, garantiu Medeiros, havendo no entanto "algumas diferenças" que precisam de um entendimento, para o ajuste em torno de uma só proposta. A principal delas é a questão da estabilidade no emprego. O Centrão propõe estabilidade após 12 meses de trabalho, protegida, contra demissão sem motivo, pelo pagamento de uma indenização no valor de um mês de salário (ou "aviso prévio", como disse Medeiros) para cada ano trabalhado, além da liberação do fundo de garantia. Nos casos de demissão por justa causa, a regulamentação caberá à lei ordinária.

Os trabalhadores, diz Medeiros, concordam com essa proposta do Centrão, menos num detalhe: o Centrão quer que a indenização seja paga com o tempo contado somente a partir da promulgação da nova Constituição, enquanto a classe trabalhadora exige que a medida seja retroativa, ou seja: a indenização cobriria todo o tempo trabalhado pelo demitido. Mas este é um ponto que deverá ser negociado facilmente, segundo o líder sindical.

Outra preocupação dos sindicalistas é com a proteção aos aposentados, principalmente em relação aos

seus proventos. E, nesse ponto, na reunião de ontem os trabalhadores "conseguiram uma boa vitória": o Centrão tende a concordar em que os proventos sejam calculados com base no salário integral do trabalhador no seu último ano de trabalho, e não mais pela média dos últimos três anos. Além disso, os sindicalistas tiveram a garantia de que os proventos, uma vez fixados, manterão seu poder de compra, à base de correções monetárias.

Finalmente, com relação à organização sindical, a divergência parece ser um pouco maior, embora Medeiros diga que também aí o entendimento é possível. A proposta do Centrão é que haja pluralidade sindical na base, ou seja: uma categoria poderia ter até três sindicatos, mas a cúpula seria unitária, através de uma confederação única por categoria. Os sindicalistas não aceitam a proposta, por achar que esfacelaria a base, com disputa entre sindicatos, e manteria uma cúpula profissional nas confederações. A proposta sindicalista é de pluralidade — mas apenas o sindicato mais representativo da categoria, escolhido pelos trabalhadores, representaria realmente a classe, mantendo-se a atual estrutura de federações e confederações.



Medeiros e Cardoso Alves têm divergências, mas estão dispostos a debater as em novas reuniões



Alencar Monteiro

Maciel conversará com outros partidos para fazer a frente

Frente presidencialista, a proposta de Maciel

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, admitiu ontem a criação de uma frente presidencialista para atuar na Constituinte na defesa do atual sistema de governo. Em entrevista coletiva à imprensa, Maciel anunciou que pretende reunir as 280 assinaturas de apoio a sua emenda, apresentada à tarde, para lhe assegurar preferência automática na votação no plenário da Constituinte. A emenda do senador propõe o presidencialismo sob a forma de "equilíbrio de poderes".

"Quero recolher o maior número de apoios. Pretendo conversar, também, com membros de outros partidos para a eventual organização de uma frente presidencialista", declarou o senador. Ele justificou sua posição afirmando que "a curta experiência parlamentarista de 1961 e 1962 mostrou que o parlamentarismo não se compatibiliza com o desejo de estabilidade política do País". Para o caso de vigorar o sistema parlamentarista, Maciel propõe a convocação de eleições gerais: "Não fomos feitos para governar o País, para exercer funções executivas".

A proposta

Pela proposta do senador, ganha

nova forma todo o título IV do projeto da Comissão de Sistematização, "Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo". O presidente da República será o chefe de Estado e de governo, desaparecendo a figura do primeiro-ministro. A nomeação dos ministros, de livre escolha do presidente da República, será submetida ao Senado. A Câmara dos Deputados poderá demitir ministros através da manifestação de sua maioria. Também poderão ser afastados pela maioria de deputados todos os ocupantes de cargos em comissão da administração direta e indireta, isso quando sobre eles recair suspeita de conduta incompatível, apurada em Comissão Parlamentar de Inquérito. O presidente da República não poderá mais vetar projetos de lei sob o argumento de serem inconstitucionais, devendo remeter a questão ao Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o presidente do Senado Federal, Humberto Lucena (PMDB-PB), anunciou que também vai apresentar uma emenda presidencialista. Segundo a proposta de Lucena, o presidente da República pode dissolver a Câmara dos Deputados e os deputados federais pedirem a demissão de um ministro de Estado ou mesmo de todo o Ministério.

PMDB pronto para a votação do anteprojeto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A liderança do PMDB na Constituinte já tem pronto, para submeter à bancada na reunião de quarta-feira, um conjunto de emendas ao anteprojeto de Carta aprovado pela Comissão de Sistematização, de destaque e de pedidos de destaque para votação em separado de algumas matérias. O líder Mário Covas pretende discutir com os peemedebistas para saber se existe identidade entre o conteúdo das propostas formuladas pela liderança e as emendas que eles pretendem apresentar, de modo a racionalizar a tarefa.

Cada constituinte pode apresentar quatro emendas e seis pedidos de destaque para rejeição ou aprovação de determinadas matérias, sem necessidade de outra subscrição, além da sua própria. Como a liderança não tem condições de reunir 280 assinaturas para obtenção da preferência automática para suas emendas, a idéia do senador Mário Covas é fazer com que os peemedebistas sintonizados com as posições do seu grupo patrocinem as propostas preparadas por sua assessoria. Com isso, ele pretende impedir a repetição de emendas e concentrar forças em determinadas iniciativas, para viabilizá-las.

Desde novembro, a assessoria técnica da liderança do PMDB na Constituinte vem trabalhando na elaboração de emendas destinadas a aperfeiçoar o anteprojeto de Carta aprovado pela Comissão de Sistematização. Recentemente, os vice-líderes Antonio Britto, Euclides Scalco e Nelson Jobim passaram a avaliar politicamente o teor dessas propostas para selecioná-las, já que a intenção

do líder Mário Covas é lutar por não mais de 50 emendas, cujo conteúdo não antecipa para não facilitar a atuação dos adversários.

Além disso, a liderança peemedebista pretende pedir destaque para votação em separado de algumas questões, cerca de 50, que podem abranger desde um capítulo inteiro até artigos isolados. Para aprovar o requerimento de destaque são necessárias as subscrições de 187 parlamentares, o que a liderança já se encarregou de obter em folhas separadas.

Pertanto, nessa primeira fase, a liderança encaminhará apenas as emendas. Em seguida, depois de divulgado o parecer de Bernardo Cabral, providenciará a apresentação de seis destaques por constituinte, num total não muito superior a 50, para rejeitar propostas por ele acatadas, ou reintroduzir as que foram rejeitadas. Simultaneamente, serão encaminhados os pedidos de destaque para votação em separado, apoiados por um mínimo de 187 parlamentares.

O processo de aprovação dos dois tipos de destaque é diferente: os que forem apresentados indevidamente pelos constituintes, num total de seis por parlamentar, serão acolhidos pela mesa sem necessidade de outro apoio além da assinatura do autor. Já os pedidos para votação em separado exigem o respaldo de 187 constituintes. No primeiro caso, o destaque é diretamente submetido à votação e, se conseguir o apoio de 280 parlamentares, é considerado aprovado no mérito. Já no segundo caso, o pedido passa por duas fases. Primeiro é votado o requerimento e, em seguida, o mérito.

Divida de US\$ 150 bilhões

O Brasil terá um passivo trabalhista potencial da ordem de US\$ 150 bilhões, caso a Constituinte não estabeleça que as indenizações a serem pagas aos trabalhadores demitidos valerão somente após a promulgação da nova Carta. A advertência foi feita ontem, em Brasília, pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, durante encontro da União Brasileira de Empregadores. Segundo análise feita por seis presidentes de confedera-

ções patronais, reunidos para discutir as propostas do Centrão para a Constituinte, esse valor leva em conta que nos três milhões de empresas existentes no País, hoje, trabalham 40 milhões de empregados, sendo de dez anos a média de permanência do trabalhador numa mesma empresa. Assim, se todos esses trabalhadores fossem demitidos logo após a promulgação da nova Carta e indenizados, o prejuízo seria equivalente a 80% do PIB previsto para 88.

Azevedo e Lula reúnem-se sábado

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, encontra-se neste sábado, em São Paulo, com o deputado Luiz Inácio Lula da Silva para discutir algumas propostas em comum, especialmente a de participação dos trabalhadores no capital das empresas. "Tenho visto o Lula defender a necessidade de disseminação do capital, através da colocação de ações em Bolsa, e essa posição coincide com a nossa", explicou Azevedo, acrescentando que ele mesmo tomou a iniciativa de solicitar um encontro com o deputado.

Outro assunto que deverá ser discutido por ambos é a proposta de eleições gerais este ano. Segundo Azevedo, a Bolsa de Valores, como entidade, está disposta a apoiar essa proposta e participar de uma ampla mobilização popular com esse objetivo.

Albano se redime com projeto contra monopólio

ANTÔNIO ARRAS

Quase dois meses depois de ter involuntariamente votado a favor da nacionalização da distribuição dos combustíveis, o senador Albano Franco (PMDB-SE) apresentou a primeira emenda oficialmente recebida pelo plenário da Constituinte. A emenda, com a qual Albano pretende se redimir da posição assumida anteriormente, suprime o inciso V do artigo 207, de caráter nacionalizante.

Na justificativa à emenda, que reabre a possibilidade de a distribuição de combustíveis ser feita também por empresas estrangeiras, nacionais e exclusivamente nacionais, Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, mais do que explicar seus objetivos faz uma declaração de voto:

"Minha atuação na política nacional, os cargos que tenho a honra de assumir na direção do empresariado nacional e minha vida como empresário, por si só, explicam o posicionamento contrário a este dispositivo (do projeto de Constituição) e a qualquer outro que permita a ingerência do Estado em atividades econômicas exploradas lucrativamente e de maneira socialmente útil pela iniciativa privada. Ademais, o próprio relator Bernardo Cabral, por ocasião da votação da emenda que inclui esse inciso, proferiu voto contrário, no que foi acompanhado por todos os seus relatores-auxiliares. Desnecessário, portanto, alongar-me nesta justificativa", explica Albano.

ERRO

Toda a explicação do senador se deve ao fato de, na sessão em que foi votada uma emenda do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que tornava a distribuição de combustíveis iniciativa exclusiva de empresas nacionais, controladas pelo governo, Albano ter entrado no meio da votação no plenário da Comissão de Sistematização e votado erradamente. Na verdade, ele foi envolvido pela esquerda: entrando no plenário no meio da votação, ele dirigiu-se a companheiros do PMDB perguntando como deveria votar. Alguém lhe gritou, do meio do plenário, que vo-

tasse "sim" e ele o fez. Devido à sua posição de empresário, o coerente seria votar "não" à nacionalização.

Sob os aplausos que recebeu então, de imediato, da ala esquerdista da sistematização, Albano foi imediatamente contestado em termos duros pelo ex-ministro da Fazenda, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que gritou, para que todos ouvissem: "Albano, você enlouqueceu?" Diante das explicações de Dornelles, Albano arrependeu-se imediatamente do voto, que tentou retificar sem conseguir.

CRÍTICAS

Uma chuva de críticas se abateu sobre o presidente da Confederação Nacional da Indústria. Muitos políticos como o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, pediram a sua cabeça sugerindo que o senador renunciasse ao seu cargo empresarial, já que o tinha contestado politicamente.

A assessoria de Albano fez o maior esforço para conseguir que a emenda dele fosse a de número "2P00001-1", a primeira recebida oficialmente, pelo significado que a retificação de voto vai ter no meio empresarial e político do País. A emenda deverá ter aceitação, porque logo depois da votação da sistematização a maioria dos líderes partidários deixou claro que a aprovação da nacionalização na distribuição de combustíveis fora um acidente. Um momento "de excesso de nacionalismo", segundo o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A emenda de Albano Franco tem o seguinte teor: "Suprima-se o inciso V do artigo 207 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização". Aprovado, vai substituir o seguinte texto: "artigo 207, inciso V.—constituem monopólio da União, (...) A distribuição dos derivados de petróleo, facultada a delegação a empresas privadas constituídas e sediadas no País, com maioria de capital nacional, por prazo determinado, no interesse nacional, e só transferível mediante prévia anuência do poder concedente".

Brasília/Agência Estado



No primeiro dia, 271 emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No primeiro dia permitido para apresentação de alterações ao projeto de Constituição, o movimento foi acima do esperado e 271 emendas foram apresentadas pelos constituintes. O senador Albano Franco (PMDB-SE) apresentou a primeira emenda, suprimindo o inciso V do artigo 207, que determinava que a distribuição de petróleo seria competência exclusiva de empresas nacionais. Já a última emenda do dia, de número 271, de autoria do deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), assegura aos policiais civis aposentadoria compulsória aos 65 anos de idade ou, voluntariamente, aos 50 anos de serviço e por invalidez.

Um assunto que mereceu atenção especial dos constituintes foi o sistema de governo aliado ao mandato presidencial.

Quatro parlamentares apresentaram emendas sobre este assunto. José Santana de Vasconcelos (PFL-MG), Morazildo Cavalcanti (PFL-RR), Michel Temer (PMDB-SP) e Mário Assad (PFL-MG) defendem eleições para todos os níveis em 15 de novembro deste ano, posse em 1º de janeiro de 1989 e plebiscito para que a população decida se deseja parlamentarismo ou presidencialismo.

Há, entretanto, quem defenda o atual mandato de seis anos do presidente Sarney, como o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), enquanto Giovanni Masini (PMDB-PR) quer que todas as pessoas com mandato, de presidente da República a vereador, tenham direito à reeleição.

Já o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que assina uma emenda junto com Deifim Netto (PDS-SP) e Levy Dias (PFL-MG), quer que no

dia da posse dos eleitos, através de eleições gerais em 1988, fiquem extintos os atuais partidos políticos. Sallim Curiatti (PDS-SP) propõe a redução do número de deputados de 487 para 225.

A contestação à tortura também mereceu atenção especial dos constituintes. Três deles, Sadi e Hauache (PFL-AM), Roberto Balestra e Carlos Mosconi assinaram emenda dizendo que ninguém será submetido à tortura e este será um crime inafiançável, sem direito à anistia. O deputado Amaral Netto (PDS-RJ) continua querendo a pena de morte, mas a sua emenda agora propõe que 120 dias após a promulgação da Constituição seja feito um plebiscito para que a população diga sim ou não à pena de morte e, caso a resposta seja positiva, ela estará automaticamente instituída no Brasil para assalto, roubo e seqüestro seguidos de morte.